



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

CADERNO DE PROVA

LEIA COM ATENÇÃO AS SEGUINTE INSTRUÇÕES:

- 1)** Sua identificação será realizada apenas pelo ID e CPF impressos nos materiais de prova. É proibido o preenchimento de qualquer outro dado identificador no CADERNO DE PROVA, nas FOLHAS DE RESPOSTA DAS QUESTÕES DISCURSIVAS e no CARTÃO-RESPOSTA.
- 2)** Utilize apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- 3)** Confira se o seu CADERNO DE PROVA contém:
 - a)** 30 (trinta) questões objetivas, cada uma com 4 (quatro) alternativas; e
 - b)** 2 (duas) questões discursivas.
- 4)** Verifique se você recebeu duas FOLHAS DE RESPOSTA PARA AS QUESTÕES DISCURSIVAS, uma para cada questão.
- 5)** Assinale apenas 1 (uma) resposta para cada questão objetiva no CARTÃO-RESPOSTA.
- 6)** Para preencher o CARTÃO-RESPOSTA, marque um “X” dentro do espaço da alternativa escolhida. Não é necessário preencher o campo totalmente, conforme o exemplo abaixo:



- 7)** Não haverá substituição do material de prova sob nenhuma hipótese. Preencha com atenção.
- 8)** Para cada questão discursiva, a resposta deverá ter a extensão mínima de 20 (vinte) e máxima de 30 (trinta) linhas.
- 9)** No CARTÃO-RESPOSTA, será atribuída a nota 0,0 (zero) à questão objetiva nos casos de:
 - a)** Rasuras ou emendas no campo de marcação;
 - b)** Mais de uma alternativa assinalada;
 - c)** Marcação de resposta incorreta para a questão; e
 - d)** Ausência total de marcação (questão em branco).
- 10)** Será atribuída nota 0,0 (zero) às questões discursivas nos casos de:
 - a)** Resposta com extensão inferior a 20 (vinte) linhas;
 - b)** Erro integral na resposta;
 - c)** Fuga ao tema ou abordagem desconexa; e
 - d)** Resposta em branco.
- 11)** O tempo total de prova é de 4 (quatro) horas, já incluído o preenchimento das FOLHAS DE RESPOSTA DAS QUESTÕES DISCURSIVAS e do CARTÃO-RESPOSTA.
- 12)** Você somente poderá se retirar do local de aplicação da prova após 1 (uma) hora do início da prova.
- 13)** O CADERNO DE PROVA será disponibilizado para levar para casa somente no decorrer da última hora anterior ao horário previsto para o término da prova.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO PROGRAMA DE RESID\xc3\x89NCIA DO MINIST\xc3\x89RIO P\xfablico DO ESTADO DE RORAIMA

14) O CADERNO DE PROVA e o GABARITO PRELIMINAR DAS QUEST\xc3\x89ES OBJETIVAS ser\xe3o divulgados no site do MPRR, na p\u00e1gina destinada ao processo seletivo, \u00e0s 18h da presente data.

15) Finalizada a prova, sinalize ao fiscal levantando a m\u00e3o e aguarde a autoriza\u00e7\u00e3o para entregar o material da prova na mesa dos fiscais.

16) Os dois \u00faltimos candidatos dever\u00e3o permanecer na sala de prova e somente poder\u00e3o se retirar do recinto simultaneamente.

Boa Vista, 25 de janeiro de 2026.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO PROGRAMA DE RESID\xc3\x89NCIA DO MINIST\xc3\x89RIO P\xfablico DO ESTADO DE RORAIMA

CADERNO DE PROVA – QUEST\xc3\x89ES OBJETIVAS

DIREITO PENAL

1. Assinale a alternativa CORRETA, com fundamento na legislação em vigor e na jurisprudência prevalente:

- a)** O STJ admite a aplicação do princípio da bagatela própria aos crimes cometidos nas relações domésticas.
- b)** A pena será aumentada de metade se o crime de violência psicológica contra a mulher (Art. 147-B do Código Penal) for cometido mediante uso de inteligência artificial.
- c)** Segundo o disposto no Código Penal para o crime de feminicídio (Art.121-A - matar mulher por razões da condição do sexo feminino), admite-se a forma privilegiada do delito se o agente o comete impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, bem como a qualificadora do motivo torpe.
- d)** A ação penal relativa ao crime de ameaça, resultante de violência doméstica contra a mulher, é pública e condicionada à representação.

2. Assinale a alternativa INCORRETA, com fundamento na legislação em vigor, na doutrina e na jurisprudência prevalente:

- a)** No concurso formal de crimes, o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e com as mesmas condições de tempo, lugar, maneira de execução.
- b)** Nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, em continuidade delitiva, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo, observadas as regras limitadoras do Código Penal.
- c)** De acordo com a teoria da acessoriedade limitada, para que o partícipe seja punido, o autor da conduta deverá praticar um fato típico e ilícito, afastando-se a necessidade de averiguação da culpabilidade.
- d)** O benefício da suspensão condicional do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de 1 (um) ano.

3. Assinale a alternativa INCORRETA, com fundamento na legislação em vigor, na doutrina e na jurisprudência prevalente:

- a)** Nos crimes que envolvem violência contra a criança e o adolescente, a prescrição da pretensão punitiva estatal começa a correr da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.
- b)** Na hipótese de condenação penal por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO PROGRAMA DE RESID\xc3\x89NCIA DO MINIST\xc3\x89RIO P\xfablico DO ESTADO DE RORAIMA

- c) Aplica-se o benef\xficio do arrependimento posterior ao agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execu\xe7\xf3o do crime ou impede que o resultado da a\xe7\xf3o delituosa se produza, hip\xf3tese na qual s\xf3 responder\xe1 pelos atos j\xe1 praticados.
- d) O erro quanto \xe0 pessoa contra a qual o crime \xe9 praticado n\xf3o isenta o agente de pena. N\xf3o se consideram, neste caso, as condic\xf5es ou qualidades da v\xfictim\xf3, sen\xf3o as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.

4. Assinale a alternativa CORRETA, com fundamento na legisla\xe7\xf3o em vigor, na doutrina e na jurisprud\xeancia prevalente:

- a) N\xf3o \xe9 hediondo o delito de porte ou posse de arma de fogo de uso permitido, salvo se estiver com numera\xe7\xf3o, marca ou qualquer outro sinal de identifica\xe7\xf3o raspado, suprimido ou adulterado.
- b) Pela teoria da *apprehensio* ou *amotio*, cuja aplicac\xf5o est\xe1 sedimentada pela jurisprud\xeancia do STJ, consuma-se o crime de roubo com a invers\xe3o da posse do bem mediante emprego de viol\xeancia ou grave amea\xe7a, ainda que por breve tempo e em seguida \xe0 persegui\xe7\xf3o imediata ao agente e recupera\xe7\xf3o da coisa roubada, sendo prescind\xedvel a posse mansa e pac\xedfica ou desvigiada.
- c) A aplicac\xf5o da causa de diminui\xe7\xf3o de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n\xf0 11.343/2006 n\xf3o afasta a hediondez do crime de tr\xe1fico de drogas.
- d) \xc9 aplic\xe1vel a consun\xe7\xf3o entre o delito de embriaguez ao volante e o de condu\xe7\xf3o de ve\xedculo automotor sem habilita\xe7\xf3o.

5. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A conduta do funcion\xe1rio p\xfablico que solicita para si, direta ou indiretamente, ainda que fora da fun\xe7\xf3o ou antes de assumi-la, mas em raz\xe3o dela, vantagem indevida, configura, em tese, o crime de peculato.
- b) A conduta do funcion\xe1rio p\xfablico que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da fun\xe7\xf3o ou antes de assumi-la, mas em raz\xe3o dela, vantagem indevida, configura, em tese, o crime de corrupc\xf5o ativa.
- c) O delito de corrupc\xf5o ativa \xe9 crime material, ou seja, exaure-se com o efetivo pagamento da vantagem indevida, ainda que em parcelas.
- d) \xc9 cab\xedvel a extin\xe7\xf3o da punibilidade pelo crime de peculato culposo caso seja efetuada reparac\xf5o do dano em momento anterior \xe0 senten\xe7a irrecorr\xedvel.

DIREITO CIVIL

6. Sobre a vig\xeancia das leis previstas na Lei de Introdu\xe7\xf3o \xe0s Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Salvo disposi\xe7\xf3o contr\xe1ria, a lei come\xe7a a vigorar em todo o pa\xe7\xf3 quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- b) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia tr\xeas meses depois de oficialmente publicada.
- c) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publica\xe7\xf3o de seu texto, destinada a corre\xe7\xf3o, o prazo come\xe7ar\xe1 a correr da primeira publica\xe7\xf3o.
- d) As corre\xe7\xf3es a texto de lei j\xe1 em vigor consideram-se lei nova.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

7. Florinda namorava Tício e após alguns meses de relacionamento acabou engravidando. Ao dar a notícia para Tício, este falou que não queria mais saber dela e muito menos do bebê. No mês seguinte, Florinda conheceu Mévio. Eles se apaixonaram e começaram a namorar. Mévio percebeu que a barriga da sua namorada estava crescendo e indagou dela se estava grávida. Ela de imediato respondeu que sim e inclusive que era do relacionamento anterior.

Mesmo ciente de que a gravidez era proveniente de um outro relacionamento, Mévio decidiu continuar o namoro e inclusive se casou com Florinda. Nasceu uma menina que recebeu o nome de Flora. Então, Mévio foi ao Cartório de Registro Civil com a declaração de nascido vivo (DNV), com a certidão de casamento e se autodeclarou pai da criança.

A partir do caso hipotético acima e da jurisprudência majoritária do STJ, assinale a alternativa CORRETA:

- a)** Ainda que presente a relação socioafetiva entre Mévio e Flora, a qualquer momento Mévio poderá deixar de ser o pai, ao propor ação anulatória de registro de nascimento e provar a ausência de vínculo biológico por meio do exame de DNA.
- b)** Acaso Florinda tivesse ocultado de Mévio que estava grávida de Tício, não estaria configurado o erro induzido quanto à paternidade biológica.
- c)** A paternidade socioafetiva não é reconhecida pela jurisprudência.
- d)** Ao continuar criando e educando Flora como se pai biológico fosse, Mévio, ainda que se divorcie de Florinda no futuro, não possui o direito de anular o registro de nascimento de Flora.

8. Quanto às fundações, assinale a alternativa INCORRETA:

- a)** Velará pelas fundações o Ministério Pùblico do Estado onde situadas.
- b)** Se estenderem a atividade por mais de um Estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao respectivo Ministério Pùblico.
- c)** Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma seja deliberada pela maioria absoluta dos competentes para gerir e representar a fundação.
- d)** Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma seja aprovada pelo órgão do Ministério Pùblico no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, findo o qual ou no caso de o Ministério Pùblico a denegar, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

9. Acerca do Direito das Sucessões e considerando as disposições do Código Civil e a jurisprudência majoritária do STJ, assinale a alternativa INCORRETA:

- a)** Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.
- b)** A herança defere-se como um todo unitário, salvo se vários forem os herdeiros.
- c)** A copropriedade de bem imóvel com terceiros, anterior à abertura da sucessão, impede o reconhecimento do direito real de habitação ao cônjuge/companheiro sobrevivente.
- d)** Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

10. Sobre a transação penal prevista no art. 76 da Lei nº 9.099/1995, assinale a alternativa CORRETA:

- a)** A aceitação da proposta de transação penal importa reconhecimento de culpa e gera reincidência em caso de novo delito.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

- b)** A sanção aplicada em razão da transação penal não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo para impedir novo benefício no prazo legal.
- c)** A proposta de transação penal pode ser formulada pelo juiz de ofício, independentemente de iniciativa do Ministério Pùblico.
- d)** Havendo representação ou sendo ação penal pública incondicionada, a transação penal é uma alternativa ao arquivamento.

11. Os investigados por crimes contra a dignidade sexual, quando presos cautelarmente, e os condenados pelos mesmos crimes:

- a)** Poderão ser submetidos à coleta de DNA apenas se houver ordem judicial motivada caso a caso.
- b)** Serão submetidos obrigatoriamente à identificação do perfil genético mediante extração de DNA por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional.
- c)** Somente serão submetidos à coleta se reincidentes.
- d)** Terão a coleta realizada apenas se consentirem, em razão de não serem obrigados a produzirem prova contra si.

12. Sobre a prisão preventiva e medidas cautelares diversas da prisão, marque a alternativa CORRETA:

- a)** A preventiva pode ser decretada como primeira opção sempre que o crime for grave, dispensando análise das cautelares do art. 319.
- b)** O descumprimento de cautelar autoriza o juiz, de ofício, a converter automaticamente a medida em prisão preventiva.
- c)** A preventiva é medida subsidiária, cabível quando não for adequada a substituição por cautelar do art. 319, exigindo fundamentação individualizada que demonstre por que as alternativas são inadequadas/insuficientes no caso concreto.
- d)** O descumprimento de cautelar impõe obrigatoriamente a preventiva, não sendo possível agravamento gradativo.

13. Considerando a decisão de pronúncia, assinale a alternativa CORRETA:

- a)** A pronúncia exige certeza sobre autoria, e sua fundamentação deve analisar exaustivamente a prova.
- b)** A pronúncia exige convencimento sobre a materialidade e indícios suficientes de autoria, sua fundamentação limita-se a indicar esses elementos, devendo declarar o dispositivo legal, especificar qualificadoras e causas de aumento, e ainda decidir motivadamente sobre decretação, manutenção ou revogação de prisão ou cautelares.
- c)** O juiz, ao pronunciar, não pode mencionar qualificadoras, pois isso invadiria competência do Conselho de Sentença, gerando nulidade.
- d)** Se o acusado estiver solto, o juiz deverá decretar a prisão preventiva no momento da pronúncia.

14. O investigado confessa formal e circunstancialmente crime sem violência ou grave ameaça, cuja pena mínima abstrata é de 4 anos. Contudo, no caso concreto, incide causa de diminuição de pena obrigatória. Considerando o art. 28-A do CPP, é CORRETO afirmar que:

- a)** O ANPP é incabível, pois a pena mínima abstrata é igual a 4 anos.
- b)** O ANPP é cabível apenas se a causa de diminuição for reconhecida pelo juiz na sentença.
- c)** O ANPP é cabível, pois devem ser consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

- d)** O ANPP é incabível, pois o cálculo deve considerar apenas a pena em abstrato.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

15. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a)** As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.
- b)** Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.
- c)** O ônus da prova incumbe, ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- d)** Não dependem de prova os fatos notórios, os afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária, aqueles admitidos no processo como controversos, e aqueles em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

16. Acerca da intervenção do Ministério Pùblico no processo civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a)** O Ministério Pùblico atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis.
- b)** Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Pùblico, terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- c)** Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Pùblico poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.
- d)** O Ministério Pùblico será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam interesse público ou social, interesse de incapaz e litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

17. Acerca dos pedidos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a)** É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.
- b)** É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.
- c)** O autor poderá, até a contestação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu.
- d)** O autor poderá, até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar.

18. Quanto ao procedimento de interdição previsto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a)** A interdição pode ser promovida pelos parentes ou tutores.
- b)** Dentro do prazo de 15 (quinze) dias contado da citação, o interditando poderá impugnar o pedido.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

- c) Levantar-se-á a curatela quando cessar a causa que a determinou. O pedido de levantamento da curatela poderá ser feito apenas pelo interdito e seu curador e será apensado aos autos da interdição.
- d) A interdição poderá ser levantada parcialmente quando demonstrada a incapacidade do interdito para praticar atos da vida civil.

DIREITO CONSTITUCIONAL

19. Sobre os remédios constitucionais, é CORRETO afirmar que:

- a) O *Habeas Corpus* será concedido, inclusive de ofício, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de manifestação.
- b) O Mandado de Segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional em favor de qualquer pessoa ou coletividade, independentemente do prazo de constituição e funcionamento do partido.
- c) Cabe Mandado de Injunção quando a falta de norma regulamentadora torne viável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
- d) Qualquer cidadão é parte legítima para propor Ação Popular que vise ratificar ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe.

20. Acerca das cláusulas pétreas, é INCORRETO dizer:

- a) A existência de voto direto, secreto, universal e periódico configura uma cláusula pétrea.
- b) O controle de constitucionalidade de Emenda Constitucional só pode ter como parâmetro as cláusulas pétreas da Constituição.
- c) As cláusulas pétreas caracterizam limitações materiais ao poder de reforma da Constituição.
- d) Um novo direito individual, criado pelo poder constituinte reformador, inserindo-o no art. 5º da Constituição da República, se tornará, da sua criação em diante, uma cláusula pétrea.

21. Marque a alternativa CORRETA:

- a) A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados em nenhuma hipótese.
- b) É privativo de brasileiro nato os cargos de Prefeito e Senador.
- c) De acordo com a Emenda Constitucional nº 131/2023, a aquisição de outra nacionalidade acarreta a perda da brasileira automaticamente.
- d) A renúncia da nacionalidade não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei.

22. Sobre as disposições constitucionais acerca do Ministério Público e seus membros, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Dentre as funções institucionais do Ministério Público, encontra-se defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- b) O membro do Ministério Público poderá excepcionalmente exercer a advocacia, desde que autorizado pelo Procurador-Geral e em horário compatível.
- c) O Ministério Público abrange apenas o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos Estados.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

- d)** Aos Membros do Ministério Público é vedado exercer, salvo quando em disponibilidade, qualquer outra função pública, exceto uma de magistério.

DIREITO ADMINISTRATIVO

23. A organização administrativa do Estado brasileiro estrutura-se por meio de diferentes técnicas para a distribuição de competências, visando a melhor execução dos serviços públicos. Dentre elas, destacam-se a descentralização e a desconcentração, que possuem naturezas e efeitos jurídicos distintos. Acerca desses institutos, assinale a alternativa CORRETA:

- a)** A descentralização ocorre quando a Administração Direta transfere a titularidade ou a execução de um serviço para outra pessoa jurídica, de direito público ou privado, integrante da Administração Indireta (autarquias, fundações, etc.) ou para particulares (concessionárias).
- b)** A criação de uma autarquia para gerir o sistema previdenciário estadual é um exemplo clássico de desconcentração administrativa, pois o poder público cria um novo órgão para exercer uma função específica.
- c)** Quando a atividade administrativa é exercida diretamente por pessoas jurídicas de direito público, como as fundações públicas de direito público, constitui-se uma hipótese de centralização.
- d)** Na descentralização, o controle exercido pela Administração Direta é hierárquico, permitindo a avocação e a revisão de todos os atos da entidade descentralizada.

24. Com base nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assinale a alternativa INCORRETA:

- a)** O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, e o critério de julgamento pode ser o de menor preço ou maior desconto.
- b)** O leilão é utilizado exclusivamente para alienação de bens imóveis pertencentes à Administração Pública.
- c)** Consideram-se obras, serviços e fornecimentos de grande vulto aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).
- d)** O diálogo competitivo é utilizado em contratações complexas, permitindo que a Administração realize diálogos com os licitantes previamente selecionados para desenvolver soluções capazes de atender às suas necessidades.

25. Assinale a opção CORRETA, quanto aos atos e processos administrativos:

- a)** A motivação por referência (*per relationem*) consiste na declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, laudos ou propostas, sendo expressamente vedada pela Lei a utilização de tal técnica nos processos disciplinares, os quais exigem que a motivação seja explícita e elaborada pela própria autoridade com competência para decidir.
- b)** Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares. No entanto, não é permitida a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- c)** A administração poderá revogar seus próprios atos mediante decisão motivada que produzirá efeito *ex tunc* ou *ex nunc*, a depender do critério de oportunidade e conveniência do administrador.
- d)** O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

26. Acerca das disposições contidas na Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção CORRETA:

- a)** Os prazos estabelecidos nesta Lei e aplicáveis aos seus procedimentos são contados em dias corridos, excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento, conferindo-se prazo em dobro para o Ministério Público.
- b)** Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa com doze anos de idade.
- c)** As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável ou em razão de sua conduta.
- d)** Uma vez concedida a remissão não poderá ser revista judicialmente.

27. Nos termos da Lei nº 8.078/1990, Código de Defesa o Consumidor, assinale a opção INCORRETA:

- a)** A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.
- b)** A defesa coletiva será exercida quando se tratar de interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- c)** É direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.
- d)** O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis, e em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

28. Acerca das disposições contidas na Lei nº 10.741/2003, Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a opção INCORRETA:

- a)** O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.
- b)** O Estatuto da Pessoa Idosa é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta) anos.
- c)** Compete ao Ministério Público instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos da pessoa idosa.
- d)** Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.



**I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO PROGRAMA DE RESID\xc3\x89NCIA DO
MINIST\xc3\x89RIO P\xfablico DO ESTADO DE RORAIMA**

LEI COMPLEMENTAR N\xba 003/1994

29. O princípio da unidade do Ministério Público, previsto na Constituição Federal e concretizado pela Lei Orgânica do MPRR, implica reconhecer que:

- a)** Os membros do Ministério Público estão funcionalmente subordinados às decisões do Procurador-Geral de Justiça.
- b)** Os atos praticados por um membro vinculam automaticamente todos os demais, sem possibilidade de revisão.
- c)** A Instituição é una, permitindo a substituição recíproca de seus membros, sem prejuízo da independência funcional.
- d)** A atuação funcional dos membros deve observar orientação hierárquica obrigatória dos órgãos superiores.

30. O Colégio de Procuradores de Justiça do MPRR possui, nos termos da Lei Orgânica, competência para:

- a)** Revisar decisões funcionais individuais de Promotores de Justiça.
- b)** Exercer função jurisdicional e correicional interna.
- c)** Substituir o Procurador-Geral de Justiça em suas ausências.
- d)** Deliberar sobre matérias administrativas e institucionais relevantes, nos termos legais.



**I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO PROGRAMA DE RESID\xc3\x89NCIA DO
MINIST\xc3\x89RIO P\xfablico DO ESTADO DE RORAIMA**

CADERNO DE PROVA – QUEST\xc3\x89ES DISCURSIVAS

DIREITO PENAL E/OU DIREITO PROCESSUAL PENAL

Disserte acerca da classifica\xe7\xe3o das a\xe7\xe3es penais no ordenamento jur\xeddico brasileiro, abordando necessariamente de forma fundamentada os seguintes aspectos:

1. Classifica\xe7\xe3o das a\xe7\xe3es penais.
2. Condi\xe7\xe3es de procedibilidade.
3. Princ\xedpios aplic\xe1veis.

01	
02	
03	R
04	A
05	S
06	C
07	U
08	N
09	H
10	O
11	
12	R
13	A
14	S
15	C
16	U
17	N
18	H
19	O
20	
21	R
22	A
23	S
24	C
25	U



**I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

26	N
27	H
28	O
29	
30	

DIREITO CIVIL E/OU DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Explique em que consiste a desconsideração da personalidade jurídica e indique as principais teorias que explicam o instituto, apontando a teoria adotada pelo Código Civil.

Explique objetivamente as modalidades ou hipóteses de desconsideração da personalidade jurídica expansiva, inversa e indireta.

01	
02	
03	R
04	A
05	S
06	C
07	U
08	N
09	H
10	O
11	
12	R
13	A
14	S
15	C
16	U
17	N
18	H
19	O
20	
21	R



**I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

22	A
23	S
24	C
25	U
26	N
27	H
28	O
29	
30	